

Eixos:	Eixo 01 - Institucionalização, marcos legais e sistema nacional de cultura.				
Diretrizes:	Diretriz 1	Diretriz 2	Diretriz 3	Diretriz 4	Diretriz 5
ID	Propostas da Diretriz 1 do Eixo 01	Propostas da Diretriz 2 do Eixo 01	Propostas da Diretriz 3 do Eixo 01	Propostas da Diretriz 4 do Eixo 01	Propostas da Diretriz 5 do Eixo 01
Adamantina (Intermunicipal) Flora Rica, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariápolis, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Pracinha, Sagres e Parapuã.	Formação de gestores e servidores das Secretarias/departamentos de Cultura dos municípios do Interior.				Valorizar os artistas da cidade, através de formações, e criações de políticas públicas que estruturam o trabalho dos artistas locais.
Águas da Prata	Formalização da cultura Pratense				
Agudos	Garantir o direito universal de todas as pessoas a cultura do município, assim como acesso a sua política cultural				
Álvares Machado	Criação do Conselho Municipal de Cultura				
Americana	Para o Município: Garantir por meio da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), lei Orçamentária Anual (LOA), Plano Plurianual (PPA), verbas específicas para o segmento cultural contemplando: a) Viabilização de projetos culturais, produzidos e/ou promovidos pelos fazedores culturais locais, por mecanismos legais de fomento. (Fundo Municipal de Cultura) b) Ampliação de equipe de trabalho da Secretaria de Cultura e Turismo (SECTUR) a partir da contratação de profissionais com formação técnica.				
Amparo	ESTADO: Efetivação da atuação do sistema estadual de cultura, contendo plano, fundo e conselho atuantes e democráticos de forma a atuar como referencial aos municípios a nível de legislação, atuação técnica e financiamento.				
Anhumas	Atualizar plano municipal de cultura				Propor discussões de legislação própria voltada ao interior do Estado
Aparecida	A) Exigência de plano de estrutura para contratação de equipe técnica para todas as secretarias e divisões de cultura do estado.				B) Fomento e verbas para a realização de projetos culturais para o mercado de trabalho e economia criativa.
Araçatuba	1.1. Adequação da linguagem comunicacional ao arcabouço legislativo, para ampliação do acesso à Cultura.				1.5. Modernização do Sistema Municipal de Cultura, compreendendo a revisão, aperfeiçoamento e adequação ao ordenamento jurídico pertinente, acompanhando a legislação estadual e nacional.
Araçoiaba da Serra	Criação do Sistema Estadual de Cultura				
Araraquara	Formulação de políticas públicas de Cultura elaboradas em parceria direta com as Assessorias e Colegiados de Políticas para a Juventude, no atendimento efetivo da formação de público e programações culturais que considerem a importância do jovem cidadão consciente e com amplo acesso aos bens e ações culturais. (Estadual e Nacional)				
Araras	Aumento do repasse dos recursos do ProAC para o interior. Paridade na seleção de perfis de projetos, garantindo maior acesso às culturas populares.				
Areáiva	em andamento com grupos de trabalho				em andamento com grupos de trabalho
Artur Nogueira	Criação de Política Pública Estadual voltada à capacitação dos artistas, fazedores de cultura, gestores e trabalhadores da cadeia produtiva da cultura em formação, elaboração, execução de projetos culturais e de mecanismos de financiamento cultural direto à classe cultural.				
Assis	1.1 Criar e implementar, de forma democrática, o Conselho Estadual de Políticas Culturais e Sistema Estadual de Cultura, a partir do Sistema Nacional de Cultura. (1) APROVADO POR CONTRASTE				1.3 Implementar a Política Nacional de Fomento à Preservação da Cultura Indígena e Quilombola. APROVADA

Atibaia	Aprovação da Lei Cultura Viva estadual				Regulamentar o Sistema Nacional de Cultura com garantia de verba carimbada sendo: 2% para o município; 1,5% para o estado; 1% para a união.
Bauru	Ampliação de programas de fomento pelo Governo Estadual bem como das cotas destinadas para todos os municípios do Interior. Reativação e atualização da linha ProAC Municípios, viabilizando a inscrição de projetos do poder público e proporcionando maior número de contemplados em todos os editais, além de investir na desburocratização do programa.				Criação de um programa de estímulo com verba dedicada à manutenção e restauro de patrimônios industriais ferroviários tombados pelos órgãos de preservação nas esferas municipal, estadual e/ou federal, devido às grandes dimensões estruturais que resultam em complexa manutenção de suas edificações e material rodante.
Bertioga	Não houve priorização das diretrizes				
Boituva	Criação do Sistema Municipal de Cultura .	Criação do Fundo Municipal de Cultura, gerido pela Secretaria Municipal de Cultura.	Institucionalizar os principais agrupamentos e manifestações culturais do Município.	Regulamentar o calendário oficial cultural.	Fortalecer a interação entre as instituições culturais e sociais com o Sistema Municipal de Cultura com integração ao calendário Cultural.
Boraceia	em construção pelo grupos de GTs				em construção pelo grupos de GTs
Botucatu	Gestão Cultural na Administração Pública Foco: Fortalecer a função da gestão pública na institucionalização das políticas culturais; intensificar o planejamento de programas e ações voltados ao campo cultural e consolidar a execução de políticas públicas para a cultura.				
Bragança Paulista	- Revisão da Lei do Sistema Municipal, Estadual e Nacional de Cultura de forma que sejam efetivamente cumpridos os princípios de uma governança colaborativa, permitindo assim à sociedade sair do papel de coadjuvante consultivo ou meramente opinativo, passando a ter papel condicionalmente legal, desempenhando além do papel de participante, passar a ser obrigatória a aprovação desta, em percentual determinado pela própria lei				
Brotas	Editais de apoio à produção artística lançados durante o ano				
Caçapava	Maior participação dos gestores públicos dos municípios do interior na construção das temáticas dos debates, assim como, das prioridades que devem ser contempladas em editais e programas de fomento, fruição e difusão do Estado.				
Cafelândia	Descentralização do PROAC com a criação de editais regionalizados.				
Campinas	Implementação do Sistema Estadual de Cultura, incluindo a reformulação do Conselho Estadual de Cultura, para que seja eleito em conferência e deliberativo, com mínimo de 5% dos conselheiros do interior e litoral; e formulação do Plano e do Fundo Estadual de Cultura.				
Campo Limpo Paulista	Incentivo a ações formativas, acesso facilitado e simplificado à população em geral sobre o Sistema Nacional de Cultura com ferramentas que possibilitem o monitoramento da execução do plano.				
Cananeia	Elaboração e aprovação do Plano Municipal de Cultura de Cananeia até julho de 2024 (final do 1º semestre).				
Capão Bonito	Criação de um Espaço Cultural que atenda todas as diversidades de cultura, cujo espaço ficará a disposição dos artistas cadastrados no município para que possam demonstrar suas habilidades culturais				
Capivari	ESTADUAL: Promover ações através de custeio e investimento para a seção de espaços públicos junto aos municípios, com objetivo de difundir a Cultura Popular Regional em cada município.				

Caraguatatuba (Municipal) e Intermunicipal com São Sebastião e Ubatuba	Implantar um sistema de indicadores e informações para municípios e estados, a fim de fortalecer os instrumentos legais já existentes; Criar e manter repasses anuais do Fundo Nacional de Cultura para estados e municípios, descentralizando os recursos para fomentar a cultura nos territórios, a exemplo dos repasses da Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo, tornando-os permanentes;				Criar legislação que garanta a educação para a diversidade e criminalize toda discriminação e violência por orientação sexual e identidade de gênero, com punição equiparável ao crime de racismo, com aumento de pena para crimes cometidos contra grupo mais vulneráveis, bem como em casos de violência às residências, locais de cultura, trabalho, convívio, eventos, bem como outros locais relacionais à comunidade LGBTQIAPN+ Propor emenda à Constituição a fim de garantir que 5% do orçamento municipal seja investido em cultura, sendo 3% para gestão e 2% para os fundos municipais de cultura, a exemplo das políticas de saúde e educação.
Carapicuíba	Com o objetivo de garantir a capacitação de gestores e servidores públicos quanto aos projetos de cultura para os estados e país, criar mecanismos que garantam a participação de gestores e servidores públicos nas capacitações relacionadas ao Sistema Nacional de Cultura, Plano Nacional de Cultura e suas respectivas metas; Maior veiculação de informações sobre o Sistema Nacional de Cultura, Plano Nacional de Cultura e suas respectivas metas. Que os municípios que cumpram o proposto pelos marcos legais quanto à porcentagem prevista para a cultura, possam destinar recursos da Lei de Orçamento Anual para esse segmento; Contratação pela Secretaria de Cultura do município de Carapicuíba, de assessoria para capacitação de servidores e gestão de cultura do município; e Seleção pública para agentes técnicos com conhecimento do SNC.				Direcionar recursos estaduais e nacionais para municípios com IDH ou índice demográfico baixos para contratação de estruturas para eventos e afins e técnicos da rede de economia criativa, via edital e chamamento público. Criar mecanismos para a criação de um sistema único informatizado para cadastro de serviços e produtos da rede criativa cultural do município. Fortalecer e valorizar as ações da cadeia criativa, incluindo fazedores de cultura e da rede de economia criativa local, diante da diversidade das expressões artísticas locais e nacionais. Elaborar e implementar políticas públicas entre as diversas linguagens da economia criativa, patrimônio material e imaterial. Garantir parceria e diálogo constante e permanente entre secretaria de cultura, meio ambiente, saúde, turismo, educação e assistência social e trabalho.
Catanduva	1. Transferência de verba federal/estadual para Fundo Municipal de Cultura	2.Criação de cursos profissionalizantes na área cultural (técnico e ou superior)			
Cerquillo	A criação de uma Secretaria Municipal de Cultura, desvinculada de outras pastas e a inclusão de 1 % da arrecadação anual de tributos do município no orçamento 224 municipal para a pasta da cultura;				
Cosmópolis	Para garantir a continuidade e o fortalecimento das políticas culturais, é imperativo adotar uma abordagem abrangente e comprometida. Isso pode ser alcançado por meio de uma série de ações fundamentais. Primeiramente, é essencial promover a Educação Cultural, investindo em programas educacionais nas escolas e na comunidade para estreitar esta relação e aumentar o entendimento da importância da cultura na sociedade, com uma formação de público desde a infância, iniciada na escola, estendida a toda a família. Além disso, envolver ativamente a Sociedade Civil na formulação e avaliação de políticas culturais, por meio de consultas públicas e fóruns de discussão, é crucial para assegurar uma participação aberta e inclusiva.				
Cotia	Atualização do Plano Municipal de Cultura Decenal - PMC				Integração 1% ao Sistema Nacional de Cultura - SNC.

Cravinhos	Institucionalizar (legalizar) a destinação de recursos municipais para uso exclusivo da Secretaria Municipal de Cultura				
Cruzeiro	Implementar o Sistema Estadual de Cultura.				Desenvolver um sistema de mapeamento que identifique territórios culturais do Estado.
Cubatão	Garantir orçamento mínimo para a Cultura nas três esferas de governo, por meio de Emenda Constitucional;				Criar e ativar sistema municipal de financiamento da cultura (ex. Promicult).
Descalvado	Suporte financeiro, formação e apoio para os municípios instituírem seus Sistemas Municipais de Cultura.				
Diadema	1. Indicar aumento da dotação da pasta da Cultura para no mínimo 1%, a partir de 2024, e aumentar gradativamente, 2% até atingir 2% ao ano, num prazo de 5 anos; (Patrimônio) (Artes Visuais) 2. Emissão de certificados imediatamente ao final da oficina e/ou curso. (Patrimônio) 3. Incluir no portal da transparência os dados e valores arrecadados pelo Fundo Municipal de Cultura. (Patrimônio) 4. Seleção, via concurso público, de servidores para a pasta cultura: Agentes de cultura, agentes de biblioteca, agentes administrativos, técnicos, analistas de linguagens artísticas e de segmentos culturais; (Artes Visuais) 5. Acompanhamento e efetivação das leis municipais - referenciadas na Lei Federal 13.18/2014 que institui a Política Nacional de Cultura Viva - para regular, em âmbito municipal, as premissas do Sistema Nacional de Cultura, Plano Nacional de Cultura e alinhar futuras ações e editais com políticas públicas contínuas e continuadas. (Artes Visuais)				21. Ativação do Conselho do Fundo de Cultura, com previsão periódica de execução do edital, seja anual, bianual ou quando atingir um determinado valor. (Cênicas) 22. Criação de Programa Municipal de apoio a cultura (Promac), por incentivo fiscal, editais, incentivos diretos na área de literatura com ênfase a editoração, publicação e divulgação de obras dos escritores da cidade. (Literatura) 23. Contratação de pessoas especializadas (via concurso público) ou empresa (via licitação) para realizar o mapeamento e divulgação do cenário literário da cidade. (Literatura) 24. Criação de um fundo específico para a área de biblioteca, livro, leitura e literatura. (Literatura) 25. Mediadores entre os coletivos independentes e a Secult. (Hip Hop) 26. Mediação e diálogo da Secretaria de Cultura para apoio a Saúde Mental dos coletivos independentes. (Hip Hop) 27. Estratégias para interligação entre cultura e assistência social. (Hip Hop) 28. Parcerias da instituição pública com instituições privadas (Hip Hop) 29. Apresentação anual pela Secult do planejamento de implementação do PMC em audiência pública imediatamente após a aprovação da LOA pela Câmara Municipal.
Elias Fausto	Instituir lei até março de 2024 para o Sistema Municipal de Cultura.				
Embu das Artes	7. Orçamento de 3% para a secretaria de cultura (dispositivo constitucional, Proposta para a conferência nacional).				9. Criar mecanismos, seja com incentivos fiscais ou destinação de percentual de tributos arrecadados pelo município ou orçamento próprio com a destinação ao fundo municipal de cultura
Espirito Santo do Pinhal					
Francisco Morato	Regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, destinação de percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para políticas públicas culturais.				
Franco da Rocha	P14: Institucionalizar a colaboração entre município, estado e união para adequação de estrutura física para realização de atividades culturais				P17: Adequar a seguridade social e adequar a contagem do tempo de serviço e garantias dos direitos trabalhistas à realidade dos trabalhadores de cultura/ P19: Desenvolver uma lei de licitação específica para o setor cultural

Garça	1-Estabelecer pesquisas sistemáticas - bianual in loco e / virtual -relativa a cultura a modos de vida específicos e práticas cotidianas dos jovens, que expressam significados e valores tanto no âmbito das instituições quanto no âmbito da própria vida cotidiana, constituindo novas territorialidades e pertencimentos. Possibilitando, desta forma ,a obtenção de dados imprescindíveis para compreensão da formação cultural e identitária . A ideia exposta engloba os eixo 17 e 4 da ODS a serem trabalhados continuamente trazendo melhorias a sociedade como um todo				
Getulina (Intermunicipal) - Guaíçara, Guaimbê e Sabino	Aumento significativo do orçamento da cultura no Estado				-
Guarulhos	Institucionalização				
Herculândia	Aprovação do Plano Municipal de Cultura e a devida obrigatoriedade de orçamento mínimo para o Fundo Municipal de Cultura				
Hortolândia	Elaborar leis que garantam editais de intercâmbio, fomento, circulação e criação de projetos, produtos e serviços culturais para grupos profissionais e amadores, priorizando os artistas locais, atendendo pessoas físicas e jurídicas, na forma do regulamento do Fundo Municipal de Cultura e demais normas correlatas.				Articular (Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e os segmentos) junto ao poder legislativo, ações para garantir destinação orçamentária do superávit para o Fundo Municipal de Cultura.
Ibitinga	Revisão das metas e indicadores que compõem o Orçamento anual da Secretaria de Cultura				Revisão da Lei de Criação do Conselho Municipal de Cultura
Ibiúna	Prefeituras devem fomentar ações para que as empresas adotem mais o modelo de incentivo fiscal (ICMS) aos projetos culturais locais.				
Ilha Solteira					
Indaiatuba	artes da cena				literatura, livro e leitura
Itanhaém	Fortalecimento das políticas públicas de fomento junto aos entes federados, para zelar pelo patrimônio material e imaterial, pelos territórios, pelos povos originários e tradicionais a saber: Comunidades Extrativistas, Comunidades Ribeirinhas, Comunidades Rurais, Indígenas, Povos Ciganos, Pescadores Artesanais, Povos de Terreiro, Quilombolas.				
Itapecerica da Serra	Criar uma rede de centros culturais que alcance regiões remotas.				
Itapetininga	Criação de uma lei municipal de incentivo e fomento à cultura local com a destinação de no mínimo 1% do orçamento da cultura para editais (Lei de Incentivo Antonio Balint)				
Itaquaquecetuba	Manutenção das leis emergenciais e políticas nacionais de cultura	Permanência e reestruturação da Secretaria de Cultura	Revisão de legislações ligadas ao setor cultural	Criação do Sistema Municipal de Bibliotecas	
Itatiba	1.1 – O município deverá criar uma Lei Municipal de Incentivo à Cultura, com previsão de repasse de verba do orçamento municipal para ações que contemplem projetos de agentes culturais, pesquisadores de cultura, comunidades tradicionais, grupos e coletivos que promovem as diversas manifestações artísticas e para artistas iniciantes, assegurando a participação da população, principalmente da comunidade artística nas discussões sobre a utilização de tais verbas.				1.5 – Criação de Edital Municipal de Ocupação de Locais para Realizações Culturais, possibilitando aos agentes culturais utilizarem equipamentos culturais e espaços como praças, parques, teatro, ao longo do ano. E incentivo a ampliação e capacitação de equipes de trabalho nas Secretarias de Cultura dos municípios, que muitas vezes contam com um número reduzido de funcionários para atender a um volume cada vez maior de demanda. O funcionário para Secretarias de Cultura é um servidor diferenciado: ele precisa dominar uma diversidade de conhecimentos, saber lidar com toda a estrutura burocrática e atender bem ao público e artistas.

Itirapina	DESENVOLVER POLÍTICAS PÚBLICAS, ATRAVÉS DE LEIS MUNICIPAIS BUSCAR ISENÇÃO FISCAL, PARA ALAVANCAR A CULTURA LOCAL E ELABORAR O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA.				
Itu	Criação de Lei Municipal de Incentivo Cultural (via renúncia fiscal)				Criação do PROAC Municípios
Ituverava	Antes de falarmos sobre as ações necessárias para o fortalecimento das políticas culturais, é importante ressaltarmos que a cultura e o acesso a ela é um direito de todos garantido em lei. Ao abriremos o debate para as ações necessárias para garantia da cultura, podemos propor a discussão em torno da institucionalização sobre a continuidade para o setor, e também o fortalecimento e estabilidade. Sendo assim, podemos levar em consideração projetos, programas, instrumentos legais, instituições entre outros, todos voltados a cultura. No entanto, é necessário políticas públicas culturais, para que a desistência em projetos e programas relacionados à cultura seja cada vez menores. Outro ponto em questão é a democratização, se faz necessário promover cultura para todos, sem extinguir gênero, raça, religião, etnia etc. Incentivando, promovendo e fortalecendo cada vez mais a criação e acesso à cultura.				
Jaboticabal	Proposta 1 - Implementação de um setor de política cultural, dentro do departamento de cultura, com profissionais exclusivamente para este setor com suas funções específicas atribuídas.				
Jacareí	Viabilizar a retomada do Chamamento "ProAc Municípios" via repasse do Governo do Estado diretamente aos Fundos Municipais de Cultura para os municípios paulistas.				
Jacupiranga	Criação/Ampliação das leis Municipais de incentivo à Cultura				Criação do Plano Municipal de Cultura
Jaguariúna	ESTADO: 1) Estabelecer itinerário formativo nas escolas públicas que prevejam formação cultural.				
Jahu – (Intermunicipal) participaram os seguintes municípios além de Jahu: Barra Bonita, Bocaina, Bofete, Brotas, Dois Córregos, Iacanga, Igarapuá do Tietê, Itapuí, Lençóis Paulista, Mineiros do Tietê, Pardinho, Pratânia e São Manuel	Fortalecer a divulgação dos diversos programas da Secretaria Estadual de Cultura e Economia e Indústrias Criativas.				não se aplica
Jales	1 - Que seja implementada a destinação de emendas impositivas ao Fundo Municipal de Cultura, quando da criação e implementação deste pelo Poder Público Municipal, assim como sejam realizados esforços junto aos Vereadores para destinação a entidades culturais. Além disso, valores mínimos de repasses deverão ser objeto de análise quando da implementação do Plano Municipal de Cultura.				5 - Dentro da receita remanescente de custeio da Câmara Municipal, reservado no orçamento geral municipal, 3% seja destinado ao fundo municipal de cultura.
Jarinu					
Joanópolis	Criação de Lei Municipal de incentivo à cultura.				
Jundiá	Estabelecimento de uma Lei de Incentivo à Cultura com foco primário em aproximação do empresariado - Municipal.				
Limeira	Garantia de repasse contínuo (fundo a fundo) entre União, Estados e municípios.				
Lindoia	FICINAS CULTURAIS NO ESTADO ATRAVÉS DE CAPACITAÇÕES, FINANCIAMENTO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, ALÉM DE DIVULGAÇÃO E FRUIÇÃO E INVESTIMENTOS NOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS.				
Lins	Criar lei de financiamento para fomento da cultura no Município;				Possibilitar a descentralização dos recursos da Lei Rouanet, principalmente fora do eixo Rio-São Paulo.

Mairiporã	Instituir por meio de Lei Municipal o corpo artístico estável nomeado "CORAL E ORQUESTRA MULTIGERACIONAL DE MAIRIPORÃ", incluindo permissão para que seja celebrado contrato de gestão com entidade sem fins lucrativos.				Criar programa voltado ao apoio e fortalecimento do setor de economia criativa e artesanato que garanta a manutenção das feiras permanentes já existentes e ações progressivas para a estruturação deste setor.
Martinópolis	•Atualização do Plano Municipal de Cultura.				•Criação do Conselho Regional de Cultura. •Propor a discussão de legislação própria voltada ao interior do Estado.
Matão	Criar Programa de Ação Cultural - ProAC Regional;				
Mauá	Espaço físico para um centro de formação para os agentes culturais incluindo além destes programa permanente de capacitação e formação de gestores governamentais e não governamentais para a área da cultura. Sendo que no caso dos gestores governamentais, a proposta se refere a gestores também de outras áreas que compreendem o serviço público municipal. Partindo do princípio que toda expressão e formação caracteriza uma cultura local. A proposta abrange também a formação e capacitação de representantes de conselhos públicos. Cursos, oficinas e seminários sobre gestão cultural, planejamento e execução de projetos, espaço para troca de experiências entre os produtores;				
Mococa	Elaboração conjunta de propostas com a Sociedade civil, por meio dos instrumentos institucionais disponíveis (Consulta pública, audiências públicas, etc)				
Mogi das Cruzes					
Mogi Guaçu	Aumento do percentual municipal de , 6% para 1,2% dos impostos municipais destinados à Cultura.				Isenção de impostos para produtores populares locais.
Mogi Mirim	Estudar a alteração da lei Municipal no que diz respeito as taxas para uso de solo e recolhimento de impostos, para que sejam direcionados ao FAIC, junto a criação de CNPJ próprio e Lei de Incentivo à cultura. Proposta Municipal não aprovada pela plenária				Viabilização pelo poder público, de locais em bairros para instalação de Pontinhos de Cultura (descentralização de ações). Proposta Municipal aprovada pela maioria simples
Mongaguá	Ampliação para, pelo menos, 1,5% do orçamento geral do Estado para a Cultura.				Criar Representações Regionais da Secretaria.
Monte Alegre do Sul	Adequação da LOA prevendo valor anual de fomento municipal para as ações culturais.				Criar grupo de trabalho para iniciar escritas e desenvolvimento de projetos de captação de recursos e emenda parlamentar para o Fundo Municipal de Cultura.
Monte Alto - Intermunicipal	Implementação definitiva do Sistema Estadual de Cultura garantindo a atuação regionalizada, a exemplo das regiões administrativas já instituídas no Estado de São Paulo.				
Monte Mor	1. Adequar as salas de músicas com isolamento acústico e climatização				7. Fomentar a criação de bibliotecas estaduais em bairros periféricos dos municípios do interior.
Osasco	Criar lei que estabeleça o Sistema Estadual de Cultura com todos os níveis pré-estabelecidos: diagnóstico, credenciamento, secretaria, estudo de viabilidade para criação da Fundação das Artes, plano de cultura, conselho de Fundação Municipal de Cultura, prestação de contas e senso.				
Ourinhos (Intermunicipal) - Timburi, Santa Cruz do Rio Pardo, Ribeirão do Sul, Óleo, Bernardino de Campos, Canitar, São Pedro do Turvo, Ipaussu	Institucionalização de um mapeamento cultural que abranja agentes, espaços, equipamentos culturais e patrimônios imateriais (como festejos, encontros)				Calendário fixo de audiências públicas para efetivar a participação popular que fica desamparada de mecanismos de participação social para além de espaços como a conferência.
Palestina	Priorizar a Criação do Sistema Municipal de Cultura e Fundo Municipal				Implementação de cursos profissionalizante para agentes culturais . Apoiar ações que levem a população a ações culturais

Paraibuna	MUNICIPAL – Garantir o acesso e o entendimento das leis e diretrizes que regem a gestão cultural no município. Readequando a lei municipal existente e garantindo o funcionamento do CPF (conselho, plano e fundo) cultural na cidade.				
Pedregulho					
Pedreira	Estado: 1-Criação de legislação específica dentro do programa do PROAC-ICMS para a existência de uma cota para Regiões Metropolitanas onde pelo menos 3% dos recursos sejam direcionados para que tanto empresas patrocinadoras quanto proponentes e projetos que estejam geograficamente instalados nessas regiões possam usufruir desse recurso, sendo sua destinação obrigatória				
Penápolis	Formular políticas públicas identificando estratégias de desenvolvimento				
Peruibe	Criação do Sistema Estadual de Cultura, incluindo a criação dos instrumentos como Conselho, Plano e Fundo Estadual de Cultura.				
Piedade	Garantir o piso orçamentário, de aproximadamente 1%, nos demais níveis de entes federados (Estado e Governo Federal)				
Pilar do Sul	1.Criação de editais municipais de fomento à cultura local, direcionados para várias áreas: banda, música, publicação de livros, gravação de DVD/músicas.				
Pindamonhangaba	Fábrica de Cultura – ampliação de municípios contemplados.				
Piquete	Instituição imediata do Conselho Municipal de Cultura, independente e paritário, e do Fundo Municipal de Cultura				Que sejam devidamente cumpridas e fiscalizadas as leis federais, estaduais e municipais de defesa e preservação do patrimônio histórico-cultural, artístico e paisagístico do município
Piracaia	Participação e Controle Social. Funcionamento dos Sistemas Municipais e Setoriais de Cultura				Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.
Piracicaba	Que sejam garantidos os mecanismos de participação social dos municípios e dos estados, por meio de debates, consultas, encontros oficiais (e livres) nos Comitês Cultura nos processos de institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura.				
Pirajú - (Intermunicipal da AMVAPA) - Águas de Santa Bárbara, Avaré, Angatuba, Barão de Antonina, Cerqueira César, Coronel Macedo, Fartura, Itaberá, Itaí, Itaporanga, Manduri, Paranapanema, Piraju, Riversul, Sarutaia, Taguai, Taquarituba e Tejuapá.	Escuta da Sociedade Civil e descentralização				Incentivo e busca ativa, pensar em outras formas de Incentivos públicos
Pirapora do Bom Jesus	Criação de um Fórum Legislativo Cultural com encontros bimestrais para discussão e fomento de políticas públicas agregando a iniciativa privada, sociedade civil, terceiro setor, instituições religiosas e poder público, afim de democratizar o acesso a cultura e dar continuidade aos instrumentos normativos culturais				
Pirapozinho	Proposta 1: Obrigatoriedade na distribuição de recursos de percentual fixo, através de um fundo, ou órgão, com regime que regulamente a distribuição fixa aos municípios				
Pirassununga	Implementação de uma política de sanções aos municípios que não cumpram Planos Municipais de Cultura, com o objetivo de garantir a efetividade dos instrumentos legais e participativos.				
Pongá	Formalizar o Conselho Municipal de Cultura.				Promover cursos destinados à artesãos locais que se encontrem em situação de vulnerabilidade.

Pontal	QUE POSSAM SEMPRE ESTAR PRESENTES NO CALENDÁRIO ANUAL DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO OS MARCOS DE DATAS COMEMORATIVAS NACIONAL				
Porto Ferreira	Reconhecer oficialmente as rádios comunitárias como "Pontos de Cultura". Também é sugerida a alocação de recursos financeiros e técnicos, além de capacitação e promoção de parcerias com agentes culturais nos respectivos entes federados.				
Praia Grande	Estruturação e fortalecimento do Sistema Municipal de Cultura: 1) efetivação do Conselho Municipal de Política Cultural com reuniões noturnas; 2) criação do Plano Municipal de Cultura com a instituição de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação do PMC formada por agentes do Executivo, do Conselho Municipal de Cultura e da Sociedade Civil; 3) criação de um fundo exclusivo para a Cultura, que preveja fontes de financiamento diversas e assegure em legislação, o repasse de no mínimo 1% das emendas impositivas de vereadores.				Instituir a Política Municipal de Cultura Viva
Presidente Prudente	Participação controle social. Uma política cultural descentralizada, com espaço aos coletivos culturais já estabelecidos no município e a identificação de novas ações comunitárias nos bairros e distritos, através de mapeamento por zonas regionais.				Garantir uma política nacional de cultura permanente com distribuição anual, destinada ao fomento direto de projetos culturais e coletivos de arte e cultura, assegurando também a oportunidade para novos artistas, inclusive com uma porcentagem não inferior a 5% dos recursos de todos os editais e instrumentos de fomento garantidos para proponentes do interior e regiões periféricas.
Rafard	Capacitação de gestores e fazedores de cultura sobre recursos federais, estaduais, prestações de contas, projetos, editais, conselhos.				Garantir a continuidade de projetos sociais e culturais importantes, sem ter como parâmetro apenas, a quantidade de valores, mas sim, a relevância dentro do campo da ação cultural, bom como, manter ou voltar com o calendário cultural da cidade. Ex: Festas tradicionais
Registro	ESTADO 1: Criação do Sistema Setorial de Educação Cultural com diálogo com o MEC, com metas graduais integradas ao Plano Nacional de Cultura, para formação de professores e inclusão de matérias temáticas à grade curricular;				
Ribeirão Pires	Executar efetivamente o sistema municipal de Cultura: a) promover a revisão da plataforma de mapeamento digital, para melhor diagnosticar demandas, sugestões e os fazedores de cultura do município; b) Elaborar o plano municipal de cultura considerando as propostas da conferência; c) revisão da legislação que rege o Conselho e revisão dos poderes dados ao regimento.				Consolidar a Escola Municipal de Artes (EMARP) com a criação do regimento interno e destinação de orçamento próprio, estimulando novos agentes de cultura e formação de público.
Ribeirão Preto	1 - Instituição imediata do Sistema Estadual de Cultura.				
Rio Grande da Serra	Instalação no município de Rio Grande da Serra de um equipamento nos moldes da Fábrica de Cultura				
Salto	Adoção de um modelo estrutural e institucional para a implementação dos Sistemas Municipais de Cultura em todos os elementos que o constituem, com foco principal para a governança colaborativa com a participação social e governos debatendo, estabelecendo e assegurando o planejamento e funcionamento da Política Cultural por 1 anos				
Salto de Pirapora	Consolidar a implementação do Sistema Municipal de Cultura garantindo a progressividade e continuidade;				Promover a gestão cidadã com foco em desenvolvimento sustentável.

Santa Bárbara d'Oeste	<p>PROPOSTAS MUNICIPAIS - 1. Criação de um comitê e/ou Grupo de Trabalho com Membros do Conselho Municipal de Política Cultural e trabalhadores da Cultura e das Artes afins para realizarem a atualização do Plano Municipal de Cultura de Santa Bárbara d'Oeste, bem como revisar suas Ações e Metas e todos os demais tópicos considerando-se que teor do atual PMC é baseado em dados de 1 anos atrás.</p> <p>2. Tornar públicas as informações cadastrais do Mapa da Cultura Barbarense para que as mesmas sejam usadas como um Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC Municipal para que seus dados norteiem ações que possam atender tanto os Trabalhadores da Cultura e das Artes com os municípios servindo de fonte de consulta para contratações dos artistas locais, fortalecimento das Câmaras Setoriais de Cultura, rede de relacionamento entre agentes culturais locais, indicadores para as demandas das políticas culturais barbarenses etc.</p>				
Santa Fé do Sul - Intermunicipal	Proposta: Desmistificar, desburocratizar e fazer chegar as políticas públicas aos artistas e fazedores de cultura, gestores locais e regionais promovendo a valorização e ampliando a oportunidade de acesso a programas governamentais instituídos como políticas públicas.				
Santa Gertrudes	Sistema de cadastro único nacional de artista e que eles sejam usados para critérios de distribuição de verbas das leis de fomento.				
Santa Maria da Serra	Regularização, organização, divulgação ampla e mais oportunidades em todas as áreas				
Santa Rita do Passa Quatro	ESTADO: Criação de Conservatório Estadual Zequinha de Abreu voltado a formação no município.				
Santa Rosa de Viterbo	Recrutar pessoas para formação do Conselho de Cultura para que possam construir políticas de cultura independente da gestão municipal ou estadual, tendo autonomia para propor alterações nas política vigente.				Construir junto à comunidade artística formas de valorização de costumes e histórias locais, e reforçar esse conteúdo nas manifestações culturais atuais da cidade, a fim de propor o pertencimento às raízes histórias de Santa Rosa
Santana de Parnaíba	Sem proposta para âmbito Estadual e Nacional				
Santo André	2% do orçamento da Administração Direta, excluídos deste percentual os recursos de repasses fundo a fundo, despesas com investimento e manutenção de equipamentos.				Desenhar políticas de Estado perenes.
Santo Antônio do Jardim	A classe artística sempre foi deixada de lado e colocada no lugar de subclasse;				Valorização das diversidades artísticas e culturais proporcionando novos incentivos e novos frutos criativos
Santos	Instituir o mínimo legal de 2% do orçamento federal anual para a Cultura e 1,5% do orçamento estadual, conforme o artigo 216-A, §1º, inciso XII da Constituição Federal de 1988.				
São Bento do Sapucaí	Criação de leis culturais municipais que garantam a continuidade das políticas públicas já desenvolvidas (editais, formações, projetos culturais) para que futuras gestões públicas não deixem de realizar!				Garantia de Ações Legais que atenda as linguagens de arte presentes no município, bem como o fortalecimento da cultura popular e acesso da zona rural.
São Caetano do Sul	Motivar a sociedade para a importância da política cultura, de modo institucional.				
São José dos Campos	ETAPA ESTADUAL: Criação e implementação do Sistema Estadual de Cultura e do Conselho Estadual de Política Cultural deliberativo, com 2/3 da composição vindos da sociedade civil através de eleição democrática com a ampla participação de agentes culturais independentemente de sua formalização jurídica ou não, composto por ao menos 7% de membros advindos de fora da capital e com garantia de representações regionais dos diversos territórios do estado.				ETAPA NACIONAL: Instituir legislação que obrigue que a aplicação dos recursos do superávit do Fundo Nacional da Cultura seja feita no próprio setor cultural.

São Paulo	Implementação completa dos sistemas de cultura (municipal e estadual de São Paulo) com seus conselhos, planos e fundos efetivados, sistema de informação e indicadores culturais e mapeamentos territoriais e com ampla participação social; Criação de um sistema de fiscalização e controle social que visam garantir a implementação e execução das leis; Construção de observatório a nível nacional, estadual e municipal, cruzando indicadores de território, etnia, linguagens, raça, e índices de violência;	Contra o sucateamento das políticas culturais (terceirização, quarteirização, parcerias e descontinuidades). Reestatização, requalificação e aumento dos espaços de cultura, relacionando as regulamentações, institucionalização e organização dos planos de cultura, conselhos de cultura e políticas de cultura (F,E,M);	Reestruturação da SMC/SP, com descentralização de suas ações, a partir do sistema municipal de cultura (conselho eleito democraticamente), plano municipal de cultura e fundo municipal de cultura (regulamentados a partir de debates dialógicos com os trabalhadores do setor cultural da cidade, coletividades e movimentos culturais). Com abertura de concurso público com a criação de cargos públicos de cultura e plano de carreira, formações continuadas e qualificadas para os servidores da cultura de acordo com às especificidades da área da cultura, incluindo conteúdos com temas de raça, classe, gênero e pontuação aos trabalhadores da cultura. Conteúdos das provas dos concursos com legislação de política cultural (meta 2 PMCSP);	Participação social ampla e organizada junto aos trabalhadores do setor para construção das regulamentações dos sistemas, planos conselhos fundos de cultura (municipal, estadual e nacional). Garantir a participação da sociedade na elaboração e efetivação das políticas culturais (meta 3 PMCSP);	Orçamento municipal, estadual e nacional para a implantação dos sistemas de cultura (previstos nas LOAs e PPAs) e seus respectivos CPFs;
São Roque	Criação e fortalecimento de mecanismos para promover a reestruturação a qualificação e a ampliação dos cargos técnicos dos órgãos de gestão de cultura nos municípios.				
São Simão	Verba anual para o Fundo de Municipal de Cultura para fomentar a Cultura local. Será destinada ao Fundo municipal onde o conselho através de reuniões vai definir o destino das aplicações.				O PNC e o SNC deverão estimular a criatividade, a formação cidadã, a capacitação e a qualificação de agentes culturais, trabalhadores e gestores da cultura, garantindo a produção, circulação, a fruição e o acesso aos bens culturais.
São Vicente	Institucionalizar, por meio de legislação, uma política de indicadores culturais, com especial atenção ao mapeamento dos diferentes segmentos que compõem a cultura local, com um estabelecimento de um censo por região administrativa, com o intuito principal de favorecer a cultura por região, respeitando suas particularidades, vivências e movimentos autônomos.				
Sarapuá	Dialogo com ponto de referência em fatos concretos sobre as relações e marcos abrangendo o sistema nacional de cultura				Finalização de todo o debate no decorrer do fechamento do eixo
Sertãozinho	Programa de Formação de Gestores Públicos e Conselheiros				
Socorro	Criação da Lei Estadual do Artista de Rua e seus segmentos diversos e multiculturais				
Sorocaba	Profissionalizar o setor				
Sumaré	Criação de um Plano Municipal de Cultura				
Suzano	Ampliação de recursos públicos para projetos e programas da Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas e garantir a distribuição desses recursos de forma descentralizada.				
Taboão da Serra	Criar o Sistema Municipal do Audiovisual, com um fundo específico e legislações de fomento que garantam a criação de mecanismos para produção, difusão, formação, aprimoramento, pesquisa e reconhecimento para produtoras, coletivos, trabalhadores e realizadores da cidade de Santos.				Criar mecanismos que assegurem transparência e ampla publicização em todas as etapas dos termos de fomento, termos de colaboração e acordos de cooperação com Escolas Livres da SECULT.
Tapirá	1.1.Estadual: Criar e/ou Implementar norma existente para a determinação de marcos legais para a efetiva criação e implantação dos Planos Municipais de Cultura.				
Tarumã (intermunicipal)	Obrigatoriedade na distribuição de recursos de percentual fixo, através de um fundo, ou órgão, com regime que regulamente a distribuição fixa aos municípios				

Tatuí	(a) Participação cidadã, de união dos fazedores de cultura de todas as linguagens;				(e) Fomentar e capacitar o cooperativismo e associativismo como ferramenta para os fazedores de cultura; (f) O fortalecimento dos marcos legais pela participação cidadã
Taubaté	•Elaboração de um plano municipal de cultura para o município de Taubaté, em até um ano a partir de hoje (7/1/223);				•Ampliação do orçamento da cultura. (Mínimo de 2% do orçamento total do município);
Teodoro Sampaio	Fortalecer a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura, garantindo sua efetiva implementação em todos os níveis de governo.				Garantir a alocação adequada de recursos financeiros para o desenvolvimento e sustentabilidade das políticas culturais, incluindo a ampliação de investimentos públicos e a busca por fontes alternativas de financiamento.
Tremembé	Garantir o mínimo de 1% do orçamento municipal para a Cultura nos moldes da PEC 15/223				Implementar uma Lei que garanta a difusão e adesão de todos os municípios ao Sistema Nacional de Cultura, como o SUS.
Ubarana	Dinâmica como o apoio a artista locais				Incentivos para escolas a explorar a cultura local
Uru	Capacitar a sociedade civil e envolver a sociedade em projetos culturais do município, além de incentivar e valorizar				
Valinhos	•Garantia da proporcionalidade (5%), para os municípios do interior e litoral, dos recursos da cultura aportado em edital;				
Vargem Grande Paulista	• Recursos e parceria da economia criativa para capacitar produtores e agentes culturais, simplificando o acesso à informação para atender o maior número de artistas e sociedade civil. Ex.: oficinas de escrita criativa, para que a sociedade consiga desenvolver diferentes ações de fomento à cultura, • Recurso direto para criação de PROAC municipal, respeitando os territórios e realidade local; • Recursos e formação para criação de ações para Organização Amigos de Bairros; • Criar políticas públicas que atendam as diferentes linguagens artísticas e culturais;				
Várzea Paulista	Autonomia da unidade gestora de cultura				Implementação de diretrizes para utilização dos espaços públicos pela sociedade civil da área cultural
Vinhedo	Maior transparência na contratação de grupos e na contrapartida do município em programas, como por exemplo o Juntos pela Cultura				
Votorantim	Tornar permanente a transferência de recurso Fundo a Fundo				
Votuporanga	Transformar em lei, Programas de Fomento e Incentivo à Cultura, estabelecendo regras de porcentagem para aplicação dos incentivos para produtores locais e pequenos produtores.				